

## EDUCAÇÃO PROFISSIONAL EM SAÚDE APONTAMENTOS CURRÍCULARES E PRÁTICAS PEDAGÓGICAS DA ESCOLA DE GOVERNO EM SAÚDE PÚBLICA DO ESTADO DE PERNAMBUCO – ESPPE. SES/PE.

BERNARDO. Josinaldo Carlos de Lima<sup>1</sup>, ESPPE.

**RESUMO:** O Sistema Único de Saúde – SUS trouxe para a agenda das políticas públicas um Projeto Educativo como instrumento capaz de articular os diferentes atores da esfera da saúde coletiva, tornando-se, assim, crucial a adoção de referenciais teórico-metodológicos e práticas de formação mais progressistas no processo ensino aprendizagem dos profissionais de saúde, diante das propostas atuais com predominância de uma educação tecnicista, que não possibilita a problematização do conhecimento. Nesse contexto surgem as Escolas Técnicas do SUS - ET-SUS e, especificamente, a Escola de Governo em Saúde Pública do Estado de Pernambuco -ESPPE, com o objetivo de "promover a execução de atividades de ensino, pesquisa e extensão para o desenvolvimento dos profissionais e servidores públicos que atuam no Sistema Único de Saúde (SUS) no Estado de Pernambuco" (PERNAMBUCO, Lei nº 15.066 de 04/09/2013). Este trabalho tem por objetivo apresentar as diretrizes pedagógicas, a saber: os fundamentos teóricometodológicos, as reflexões sobre concepções de práticas pedagógicas, os processos avaliativos e as formas de planejamento adotados pela Escola de Governo em Saúde Pública do Estado de Pernambuco - ESPPE, instituição de formação na área da saúde pública do Estado de Pernambuco comprometida com a defesa da saúde pública como um direito humano e com a formação na perspectiva da educação profissional tendo como diretriz o trabalho como princípio das práticas educativas e como lógica de dessa formação.

¹ Licenciado em Pedagogia. Especialista em Linguística Aplicada ao Ensino de Língua Portuguesa – UPE. Aluno do Curso de Pós – Graduação em Gestão Educacional: Espaço Escolar e Não Escolar – FAFIRE. Coordenador Pedagógico da Escola de Governo em Saúde Pública do Estado de Pernambuco – ESPPE. SES/PE.



# INTRODUÇÃO

O Sistema Único de Saúde, doravante SUS, tem como uma das características a descentralização e a participação social como principio fundamental, em que a União, os estados e municípios devem compartilhar da gestão do sistema, garantindo aos/as cidadãos/as espaços formais e, conselhos, conferências como forma de controle e participação social.

Embora essa seja uma conquista da sociedade brasileira, parte dela ainda tem dificuldade de acesso ao atendimento e a um sistema de qualidade, que possa assegurar a saúde como um direito social para todas as pessoas.

Com essa compreensão de garantir os direitos fundamentais aos cidadãos/ãs, o Estado envolveu um conjunto de ações, englobando as políticas públicas, nas áreas de gestão/administração, formação, atenção, e controle social, uma vez que a participação dos movimentos sociais é fundamental para a efetivação das políticas.

Nesse sentido, o SUS trouxe para a agenda das políticas públicas um Projeto Educativo como instrumento capaz de articular os diferentes atores da esfera da saúde coletiva (*leia-se saúde pública*), tornando-se, assim, crucial a adoção de referenciais teórico-metodológicos mais progressistas no processo ensino aprendizagem dos profissionais de saúde, diante das propostas atuais com predominância de uma educação tecnicista, que não possibilita a problematização do conhecimento.

Essas questões, embora se apresentem como desafios, são necessárias. Dessa maneira, faz-se relevante que esses profissionais internalizem uma concepção ampliada da saúde com forte componente de ação transformadora da realidade econômica e política em que atuam, e não só assistencial. Portanto, saúde é uma política mais ampla do que apenas possibilitar acesso aos serviços nessa área.

Concebe-se que a incorporação é a curto, médio e longo prazos, na perspectiva de articular teoria com a prática, introduzindo o conceito de educação em serviço e trabalho como princípio educativo, tendo como referência a LDB, a Constituição



Federal de 1988, a Lei Orgânica da Saúde, as Diretrizes Curriculares Nacionais dos Cursos de Graduação em Saúde, entre outros documentos.

Isso demonstra que a indução de mudanças na formação dos profissionais de saúde, na perspectiva da integralidade, da educação permanente e do conceito ampliado de saúde, decorrentes de todas as discussões e ações mundiais, representa um grande desafio do processo educativo do SUS.

É nesse contexto que surge a Escola de Governo em Saúde Pública do Estado de Pernambuco – ESPPE como um órgão dotado de autonomia administrativa, orçamentária e financeira, subordinado administrativamente à Secretaria Estadual de Saúde do Estado de Pernambuco – SES/PE. O objetivo é "promover a execução de atividades de ensino, pesquisa e extensão para o desenvolvimento dos profissionais e servidores públicos que atuam no Sistema Único de Saúde (SUS) no Estado de Pernambuco" (PERNAMBUCO, Lei nº 15.066 de 04/09/2013), com a compreensão de que essas atividades devem ser interligadas e imbricadas, de tal forma que promovam uma integralidade no conjunto das ações da saúde pública.

Considerando a responsabilidade do Estado de Pernambuco no fortalecimento da saúde pública, através da descentralização da gestão, da formação de recursos humanos para a área de saúde, e de incrementar o desenvolvimento de conhecimentos científicos e tecnológicos, é missão e responsabilidade da ESPPE elaborar a Proposta de Formação Pedagógica dos Profissionais que atuam na saúde, com os marcos gerais que possam fundamentar, orientar e subsidiar as ações referentes a docência, a pesquisa e extensão.

Este trabalho tem por objetivo apresentar as diretrizes pedagógicas, a saber: os fundamentos teórico-metodológicos, as reflexões sobre concepções de práticas pedagógicas, os processos avaliativos e as formas de planejamento adotados pela Escola de Governo em Saúde Pública do Estado de Pernambuco – ESPPE, instituição de formação na área da saúde pública do Estado de Pernambuco comprometida com a defesa da saúde pública como um direito humano e com a formação na perspectiva da educação profissional tendo como diretriz o trabalho como princípio das práticas educativas e como lógica de dessa formação.



#### **METODOLOGIA**

A elaboração da Proposta de Formação Pedagógica dos Profissionais da Saúde foi desenvolvida por uma equipe multidisciplinar, de forma democrática e participativa, procurando envolver os diferentes atores da ESPPE, de maneira a que todos/as pudessem se perceber como partícipes dessa elaboração e co-responsáveis pela sua efetivação.

A metodologia de elaboração dessa Proposta é entendida como um processo de construção e reconstrução de conhecimentos e saberes, de forma dialogada, que possa refletir sobre as práticas e vivências da ESPPE, e incorporar novos aportes teóricometodológicos que subsidiem a construção da sua identidade pedagógica, princípios, finalidades e práticas.

O processo envolveu diferentes fases: a) com o grupo responsável pela sistematização do documento (incluindo a assessoria, gestores e técnicos da ESPPE); b) momentos de discussão, elaboração e reelaboração com o grupo ampliado dos profissionais da Escola, em atividades presenciais; c) e à distância, através de articulação e socialização pela internet, no período de 2013 a 2014.

É importante destacar que todo processo de planejamento educacional, por sua característica de flexibilidade e de incompletude diante da dinâmica e da riqueza de informações da realidade em que vai ser aplicado e, em especial, quando se trata de política pública, este reflete e identifica o momento histórico da sua construção. Portanto, está sempre em elaboração e revisão, de forma a responder às demandas que são exigidas pelo conjunto da sociedade.

#### RESULTADOS

Durante significativo tempo a formação de especialistas no Brasil pautou-se pela "resposta certa às perguntas certas", desconsiderando-se a capacidade crítica, a criatividade e a ação do sujeito diante do fato dado. Nesse paradigma a fragilidade em conseguir respostas coerentes às demandas postas firmava-se na credibilidade de que o indivíduo necessita receber conhecimento, o que possibilitou a Paulo Freire afirmar que no sistema formal de educação há predominância de uma "educação bancária".



"O educador faz "depósitos" de conteúdos que devem ser arquivados pelos educandos. Desta maneira a educação se torna um ato de depositar, em que os educandos são os depositários e o educador o depositante. O educador será tanto melhor educador quanto mais conseguir "depositar" nos educandos. Os educandos, por sua vez, serão tanto melhores educados, quanto mais conseguirem arquivar os depósitos feitos." (FREIRE, 1983:66).

No Brasil, na área educacional, estendido ao campo da formação dos profissionais de saúde a "educação bancária" tornou-se hegemônica nas primeiras décadas do século XX, dialogando, nesse último caso, diretamente com o modelo tradicional biomédico, no qual a relação ensino e aprendizagem tem bases epistemológicas na anatomia corporal, na cura de doenças, na atenção à saúde individual e na sobrevalorização das ações baseadas em equipamentos e técnicas, com estrito diálogo com a certeza cartesiana das decisões apoiadas na verdade científica unidisciplinar.

Em contraposição a esse modelo os referencias biopsicossociais, os quais tomam como fundamento o interesse pela humanização também se fizeram presentes ao longo do século XX refletindo-se em uma série de circunstâncias, porém sem galgar a hegemonia na área de formação dos profissionais de saúde.

Segundo De Marco (2006), as influências dos referenciais biopsicossociais permaneceram ativas, refletindo-se em uma série de mudanças e movimentos, os quais tem estreito elo com o atual interesse pela humanização das práticas de saúde, "sendo implementadas, pelo Ministério da Saúde, no intuito de estabelecer uma Política de Educação Permanente em Saúde" (p.61).

No caso das políticas de formação no campo da saúde vem se fortalecendo a compressão da urgência de uma prática pedagógica integrada, na qual o processo de ensino e aprendizagem dialogue de perto e de maneira inter-relacionada com a atividade clínica.

Tal questão remete diretamente para outras, e apenas para ficarmos nas questões mais cotidianas da prática de ensino no campo da saúde, essas se relacionam ao currículo, compreendido enquanto construção sócio-histórica, escolha das disciplinas,



seleção dos conteúdos, metodologia de ensino e pressupostos de avaliação, os quais por sua vez, estão diretamente relacionados à concepção de mundo e de sujeito que se idealiza formar e que está consubstanciado no modo como o trabalho pedagógico é concretizado.

Um processo formativo que se proponha a educar os profissionais de saúde para que sejam autônomos e capazes de refletir criticamente sobre sua prática e a realidade social, não se sustenta em uma "educação bancária", em que reduz e fragmenta o conhecimento e nega aos profissionais de saúde a possibilidade de serem formados em um processo de ação-reflexão-ação sobre a prática em saúde, para serem sujeitos dos seus próprios conhecimentos.

Em um momento histórico no qual as Políticas de Saúde tem a Atenção Básica como estratégia para a reorganização do modelo assistencial, Guanaes & Mattos (2008) apontam que dentro dos novos referenciais a formação dos profissionais de saúde requer a promoção de práticas reflexivas, as quais contribuam para,

"uma formação generalista, crítica e reflexiva, que articule os conhecimentos teóricos e práticos ao desenvolvimento concomitante de habilidades pessoais e de relacionamento humano, favoráveis às práticas de comunicação, liderança, trabalho em equipe e interação com a comunidade." (GUANAES & MATTOS, 2008, p 79).

Nessa compreensão é importante destacar as concepções básicas que orientam o processo de ensino-aprendizagem.

Assim, o "ensino em saúde guarda o mandato público de formar segundo as necessidades sociais por saúde da população e do sistema de saúde, devendo estar aberto à interferência de sistemas de avaliação, regulação pública e estratégias de mudança" (CECCIM E FEUERWERKER. 2004, p. 47).

O ensino deve ser desenvolvido de forma prazerosa, lúdica, crítica e contextualizada, possibilitando ao estudante ser agente ativo da aprendizagem e construtor do seu próprio conhecimento. Para isso é imprescindível desenvolver dinâmicas de sala de aula que contribuam para essa finalidade e possibilitem oportunidades ao estudante para ser um agende da sua aprendizagem.



A aprendizagem deve ser significativa entendida com processo de construção se conceitos, sentidos e significados que vão se estabelecendo com dinâmicas e participação ativa de todos os atores envolvidos nos momentos de ensino-aprendizagens.

O estudante, nesse processo, é compreendido como o sujeito aprendiz, agente ativo e produtor do seu conhecimento. Autor e ator da sua história e do conjunto da sociedade, pois a capacidade de elaborar, criar é própria e específica do ser humano.

O professor deve ser o mediador entre o aluno e o conhecimento historicamente sistematizado, que contribua para problematizar sobre as informações, a buscar novas formas de aprendizagens e a fazer comparações entre diferentes fontes do conhecimento. Ter a humildade da incompletude do seu conhecimento e que ao ensinar ele aprende e ao aprender ele ensina (FREIRE, 1996)

Os Espaços Educativos devem ser locais de exercício permanente da cidadania, de socialização e confronto de idéias e respeito ao outro na sua forma de ser, pensar e agir.

Nesta direção, tem sido cada vez mais frequente a identificação de práticas pedagógicas em saúde que possibilitem aos estudantes refletir criticamente sobre os sentidos de saúde, doença e cuidado que orientam sua prática profissional.

Outro componente importante no processo de construção do conhecimento é a interação dos conhecimentos sistematizados historicamente, com os conhecimentos elaborados pela comunidade, através do saber popular, das crenças e práticas que são vivenciadas na saúde da população. Exemplarmente a experiência da Escola Paulista de Medicina – EPM/FESP¹ na estruturação de intervenções orientadas a partir do campo interacional, atendimento especializado integrado à perspectiva de campo e valorização da formação permanente dos profissionais de maneira integrada a estudantes de graduação, pacientes e familiares, se mostraram frutíferas para a mudança consistente

<sup>&</sup>lt;sup>1</sup> As experiências citadas encontram-se detalhadas em De Marco (2006).



da relação do profissional de saúde com a comunidade, bem como para a incorporação do contexto biopsicossocial do qual depende uma compreensão adequada do paciente e suas doenças.

Dentre os desafios postos às instituições formadoras no campo da saúde, se destaca a urgência da incorporação de uma prática pedagógica que corrobore para a incorporação de uma atenção integral e integrada à prática dos profissionais. Para tanto, coloca-se como necessário pensar o profissional-estudante como beneficiário e instrumento de transformação da atenção à saúde (DE MARCO, 2006, p. 72).

A profissionalização dos trabalhadores da saúde tem aparecido com muita força, tanto nos discursos oficiais como nas instituições de formadoras, dada a complexidade de seu conceito e a diversidade de suas implicações.

Surgem, então, no cenário das políticas de formação, diversos "modismos metodológicos" que estabelecem vínculo com as questões econômicas, derivadas da pretensa eficácia e eficiência na gestão e na administração dos recursos materiais e de pessoal, consideradas fundamentais na reestruturação do capital.

Considera-se que as políticas neoliberais desse período de mudanças globais, propagam a ideologia da eficiência mercadológica como simples questões técnicas em detrimento da ação política pautada pelo desenvolvimento de seres humanos e profissionais críticos.

Portanto, subjacente a esse novo discurso e sua metodologia está à visão de mundo neoliberal, que traz para o processo de formação a lógica do mercado capitalista e invalida os aspectos políticos do processo educacional na perspectiva histórica de democracia.

Assim, a Escola de Saúde Pública do Estado de Pernambuco busca realizar essa recuperação teórica da historicidade humana por meio de referenciais metodológicos que venham gerar uma postura de questionamento, de investigação, de reflexão não somente para os profissionais/alunos, com também para os profissionais/ docentes.

A proposta de formação pauta-se em bases didático-pedagógicas nas quais o ato de planejar, intervir e avaliar o processo de ensino e aprendizagem favoreça a



apropriação do conhecimento significativo e crítico. Se o modelo neoliberal estava empenhado em garantir a lógica do mercado, ressaltando a concorrência e a individualidade em si, essa proposta metodológica, pode, por outro lado, refletir e produzir conhecimentos que assegurem os direitos coletivos.

Desse modo, acreditamos que seja possível construir uma metodologia pautada numa prática humanizadora, na qual o sujeito sócio histórico desenvolva uma compreensão consciente e crítica das suas ações e relações com a sociedade. Portanto, o processo formativo deve evidenciar o aspecto transformador diante do cotidiano alienante, renunciando qualquer dimensão adaptativa.

Assim sendo, podemos constatar que todo processo formativo é histórico e, portanto, carrega a marca de sua época. No que concerne à formação dos profissionais da saúde, presente no capitalismo globalizado, tem sido enfática a questão da separação teoria e prática que, privilegiando a dimensão adaptativa do processo formativo, limita o desenvolvimento da auto-reflexão crítica, o que impede o desenvolvimento de uma prática emancipatória.

Segundo Veiga (2011) a separação entre teoria e prática foi influenciada pela concepção disciplinar e fragmentada a qual separara o saber do fazer, o sujeito do objeto,

"... a docência não aborda a complexidade do processo didático em seus pilares: ensinar, aprender, pesquisar e avaliar. Isso leva os professores a uma dependência do conhecimento do campo científico para a condução de sua prática docente, o que contribui para a caracterização da docência calcada na transmissão do conhecimento existente." (Veiga, 2011, p.456).

Essa mesma concepção, sustentada na racionalidade instrumental é eminentemente técnica, com ausência de articulação entre diferentes conhecimentos que permeiam as relações de ensino e aprendizagem, o que por sua vez privilegia exacerbadamente o conhecimento científico em detrimento ao pedagógico, na formação e ação dos profissionais de educação em saúde, fortalecendo por sua vez a ideia de que o importante é o domínio do conhecimento da área específica e das metodologias de pesquisa para sua produção.



Em contraposição a essa perspectiva, o processo formativo dos profissionais de saúde assume, assim, uma conotação e uma função diferenciada no interior da Proposta de Formação dos Profissionais da Escola de Saúde Pública do Estado de Pernambuco, pois não significa apenas a instrumentalização técnica, mas também uma reflexão crítica sobre a prática e a realidade onde esta se realiza.

Nessa perspectiva se aponta que a unidade dialética deve ser à base das estruturas metodológicas para ações formativas no campo da saúde, relacionando teoria e prática, objetividade e subjetividade, o local e o global, possibilitando aos alunos considerar a diversidade do contexto no qual estão exercendo a prática profissional e sendo capaz de dialogar e interagir com ela de maneira compromissada com a promoção dos direitos humanos, o que significa oportunizar ao cursista compreender a sua própria condição social e histórica.

Para a construção desse processo de formação, o trabalho constitui elemento de importância sociopedagógica, por instituir um processo de produção técnico-científico na perspectiva de formação integral, por meio do qual se pode construir uma metodologia da prática com vistas à prática das pessoas que se afirmam historicamente.

Assim, afirmamos que a defesa da unidade dialética entre teoria e prática na proposta de formação da Escola de Saúde Pública do Estado de Pernambuco vai além da proposição de Tardif e Schön (Duarte, 2003), a qual se basea na crítica ao distanciamento da formação teórica, propõe à valorização da formação de conhecimentos tácitos próprio de suas experiências, pois ao fundamentar a práxis em um processo reflexivo, o profissional de saúde se apropria de uma condição importante e necessária para o desempenho de sua profissão.

Diante do exposto, o percurso metodológico dos cursos ofertados pela Escola de Saúde Pública do Estado de Pernambuco devem pautar-se em práticas como:

- proporcionar reflexões sobre a função dos profissionais de saúde no cenário do
  Sistema Único de Saúde SUS;
- criar as bases didático-pedagógicas para planejar, intervir e avaliar o processo de ensino-aprendizagem;



- analisar a dinâmica do processo de ensino-aprendizagem a partir da relação pedagógica como prática sócio-educativa em saúde;
- refletir os referenciais da prática em saúde, a partir da consciência e compromisso com a mudança humanizadora da prática educativa em saúde;
- associar as bases didático-pedagógicas que fundamentam a prática educativa cooperadora das mudanças no campo da educação em saúde;
- proporcionar situações para refletir a responsabilidade social dos profissionais de saúde;
- apropriar-se de elementos conceituais de uma prática que promova a ruptura com o modelo biomédio no esforço de transformar os sujeitos/profissionais.

É importante destacar que a construção do conhecimento em uma perspectiva democrática, dialógica, problematizadora e da aprendizagem significativa baseada em problemas, vai requer estratégias e dinâmicas de ensino e avaliativas que rompam com a lógica da memorização, da acumulação de informações sem significados explícitos, sem comparações e elejam práticas pedagógicas que possibilitem o questionamento permanente do saber elaborado, o desvelar de novos caminhos metodológicos, mesmo que não conhecidos do professor.

Para tanto, nesse processo devem ser priorizadas práticas pedagógicas em que os alunos participem ativamente dos processos de ensino e aprendizagem, reflitam sobre a prática profissional, e a negação cotidiana de direitos, mas também de modo compromissado com a afirmação de direitos positivados, sem, no entanto ocasionar um esvaziamento do conhecimento específico da área de saúde.

De acordo com Saviani (2003, p. 13), a essência do trabalho educativo consiste no "[...] ato de produzir, direta e intencionalmente, em cada indivíduo singular, a humanidade que é produzida histórica e coletivamente pelo conjunto dos homens".

Desse modo, a educação é entendida como uma atividade mediadora entre o indivíduo e a cultura humana. A prática social coloca-se, assim, como o ponto de partida e de chegada da prática educativa. Daí decorre um método pedagógico que parte da prática social, na qual professor e aluno se encontram igualmente inseridos, ocupando, porém, posições distintas.



Isso se dá porque a reflexão sobre a ação ou na ação busca entender a realidade fundamentada em um método de análise. Trata-se de uma reflexão crítica mais elaborada com a realidade, pois o indivíduo aprende a estabelecer uma relação sobre os problemas que se apresentam.

Nessa direção, segundo Paulo Freire,

O homem como ser histórico, inserido num permanente movimento de procura faz e refaz constantemente o seu saber. E é por isso que todo saber novo se gera num saber que passou a ser velho, o qual, anteriormente, gerando-se num outro saber que também se tornara velho, se havia instalado como saber novo. (FREIRE, 2002, p. 47).

Assim, Freire (2002) salienta que a mediação é dialética e historicizada. Na concepção freireana de educação, pensar saberem contextualizados, históricos demanda muito empenho e esforço de todos os envolvidos no processo educativo.

#### CONCLUSÃO

A realização desse percurso metodológico requer pensar o saber histórico como algo que está sempre em construção, investigando as relações entre as partes de forma a compreender o fenômeno em sua totalidade.

Refletir, assim, implica assumir que a formação dos profissionais da saúde requer uma metodologia democrática, que parte dos sujeitos e é planejada, construída e avaliada pelos próprios sujeitos, organizando-se de diferentes formas segundo diferentes necessidades.

Dessa forma, os pressupostos metodológicos da formação parecem ir muito além da fôrma, do molde. A própria formação é exemplo concreto disso, pois hoje não nos limitamos, nas escolas, à transmissão do conhecimento como única estratégia formativa das novas gerações.

O desafio constituído é de construir um percurso metodológico pautado na visão dialética da formação do indivíduo (sociedade e indivíduo), de forma que possa elaborar uma análise crítica e atual das questões, favorecendo a compreensão desses problemas



em sua totalidade, bem como a análise dos condicionantes do trabalho na saúde para o encaminhamento de possibilidades efetivas para a formação cidadã do educando.

Tal questão remete diretamente para outras questões, que apenas para ficarmos nas questões mais cotidianas da prática de ensino no campo da saúde, se relacionam ao currículo, compreendido enquanto construção sócio-histórica, escolha das disciplinas, seleção dos conteúdos, metodologia de ensino e pressupostos de avaliação, os quais por sua vez, estão diretamente relacionados à concepção de mundo e de sujeito que se idealiza formar e que está consubstanciado no modo como o trabalho pedagógico é concretizado.



### REFERÊNCIAS

BRASIL. (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília.

BATISTA, Karina Barros Calife e GONÇALVES, Otília Simões Janeiro Gonçalves Formação dos Profissionais de Saúde para o SUS: significado e cuidado. In.: *Saúde Soc.* São Paulo, v.20, n.4, p.884-899, 2011.

BERBEL, Neusi Aparecida Navas. As metodologias ativas e promoção da autonomia de estudantes. In; *Revista Semina: Ciências Sociais e Humanas*. Londrina, v.32, nº 1, jan/jun. 2011.

CECCIM, R. B., & FEUEWERKER, L. C. (2004). O quadrilátero da formação para aárea da Saúde: ensino, gestão, atenção e controle social. (Vol. 14). Rio de Janeiro: Physis.

DUARTE, N. Conhecimento tácito e conhecimento escolar na formação do professor (por que Donald Schön não entendeu Luria). Educ. Soc. [online].2003, vol. 24, N° 83 [citado 2008-06-20], pp. 601-625. Disponível em: <a href="http://www.scielo.br/">http://www.scielo.br/</a>. ISSN 0101-7330.

FREIRE, P. Pedagogia do Oprimido. São Paulo: Paz e Terra. 1983.

FREIRE, P. Pedagogia da Autonomia. São Paulo: Paz e Terra. 1996.

FURTER, P. Educação permanente e desenvolvimento cultural. Petrópolis: Vozes, 1974.

GUANAES, C., & MATTOS, A. T. (2008). O grupo de relfexão na formação do profissional de saúde: um enfoque construcionista social (Vol. 1). Revista Interinstitucional de Piscologia.

LUCKESI, Cipriano. Avaliação da aprendizagem escolar: estudos e proposições. Ed. São Paulo. Cortez 1995.

LEITE, Eliane Campus Ruiz. eti alii.: Avaliação Escolar: uma concepção dialética libertadora. *Anais do XI Semana de Pedagogia Região Sul Brasileira, UNIPAR*, 2002.

MARANHÃO, E. A. (2004). A construção coletiva as Dretrizes Curriculares Nacionais dos Cursos de Graduação em Saúde: uma contribuição para o Sistema único de Saúde. Londrina: Rede Unida.

MARCO, M. A. (JAN-ABRIL/2006). Do modelo biomédico ao modelo psicossocial: um projeto de educação permanente (Vol. 30). Rio de Janeiro, RJ: Revista Brasileira de Educação Médica.

PERNAMBUCO, *Lei nº15.066/de 04/09/2013* – que cria a Unidade Técnica Escola de Governo em Saúde Pública de Pernambuco – ESPPE.

SAVIANI, D. (1993). Escola e democracia. (27a. ed.). Campinas: Autores Associados.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. A docência na Educação Superior e as didáticas especiais: campos em construção. *Educação, Santa Maria*, v. 36, n. 3, p. 455-464, set./dez. 2011.